

LILIANE MARIA MACEDO MACHADO &
FERNANDO FIGUEIREDO STRONGEN

O AGENDAMENTO DA GREVE NAS PÁGINAS DE A PLEBE (1917)

*LA FORMACIÓN DE LA AGENDA DE HUELGA EM
LAS PÁGINAS DE A PLEBE (1917)*

*THE AGENDA-SETTING OF THE STRIKE IN A
PLEBE (1917)*

Recebido em: 02 out. 2015

Aceito em: 07 mar. 2016

Liliane Maria Macedo Machado: Universidade de Brasília (Brasília-DF, Brasil)
Mestre e doutora em História pela Universidade de Brasília. Professora do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB).
Contato: profliliane@globo.com

Fernando Figueiredo Strongen: Universidade de Brasília (Brasília-DF, Brasil).
Licenciado em filosofia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e bacharel em jornalismo pela Universidade Sagrado Coração (USC). Atualmente é mestrando em comunicação na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (FAC/UnB) com bolsa CAPES.
Contato: f.strongren@yahoo.com.br

RESUMO

A Greve Geral de 1917, realizada entre 12 e 16 de julho, em São Paulo, foi resultado da articulação política e conscientização do proletariado paulistano por meio de organizações de classe, associações de bairro e imprensa anarquista, impulsionada pela carestia de vida e repressão policial aos movimentos grevistas. Este artigo tem como objetivo apresentar como o jornal anarquista *A Plebe* buscou agendar a opinião pública do operariado paulista com pautas de greve através da cobertura do movimento operário e grevista ao longo de suas treze primeiras edições (9 de junho de 1917 à 8 de setembro de 1917). Para tanto, partimos do problema sobre como os editores cobriram o movimento operário e as greves na capital paulista entre os meses de junho e setembro, retratando como tais temas apareceram e ganharam espaço e destaque nas páginas de *A Plebe* ao longo das edições estudadas. Neste estudo, utilizamos como base teórica a Teoria da Agenda, desenvolvida por McCombs e Shaw, na década de 1970.

PALAVRAS-CHAVES: A Plebe; Greve Geral de 1917; História da Imprensa; Jornalismo Anarquista; Teoria da Agenda.

RESUMEN

El Huelga General de 1917, que se celebró entre el 12 y 16 de julio en São Paulo, fue el resultado de la articulación política y la conciencia de la clase trabajadora de São Paulo por medio de las organizaciones de clase, asociaciones de vecinos y prensa anarquista, impulsado por el alto costo de vida y la represión policial de los movimientos de huelga. Este trabajo tiene como objetivo presentar cómo el periódico anarquista *A Plebe* intentó establecer la opinión pública de los obreros de São Paulo con agendas de huelga, cubriendo el movimiento obrero y las huelgas durante sus trece primeras ediciones (9 de junio 1917 al 8 de septiembre 1917). El punto de partida fue el problema de cómo los editores cubrieron el movimiento obrero y las huelgas en São Paulo entre junio y septiembre de 1917, retratando como los temas estudiados aparecieron y ganaron espacio en las páginas de *A Plebe*. En este estudio, hemos utilizado como base teórica la Teoría de la Agenda-Setting, desarrollada por McCombs y Shaw, en los años 1970.

PALABRAS-CHAVES: A Plebe; História del Periodismo; Huelga General de 1917; Prensa Anarquista; Teoría de la Agenda-Setting.

ABSTRACT

The General Strike of 1917, held between July 12 and 16, in São Paulo, was the result of political articulation and awareness of proletariat by class organization, neighborhood association and anarchist press, boosted by the high cost of living and police repression of strike movements. This aim of the present study is to present how the anarchist newspaper *A Plebe* sought setting the public opinion of São Paulo working class with strike agenda by covering the labor movement and strikes over its first thirteen edition (from June 9, 1917 to September 8, 1917). We depart from the problem about how the publishers have covered the labor movement and the strikes in São Paulo between June and September, showing how these topics appeared and gained space and prominence in the pages of *A Plebe*. In this study, we used the Theory of Agenda-Setting, developed by McCombs and Shaw, in the 1970s, as a theoretical basis.

KEYWORDS: Anarchist Newspaper; A Plebe; History of Newspaper; The General Strike of 1917; Theory of Agenda-Setting.

INTRODUÇÃO

Entre 12 e 16 de julho de 1917, a cidade de São Paulo parou. Não se fazia pães, não se entregava leite, os bondes não circulavam e o comércio permanecia fechado. O motivo era a greve geral dos operários paulistanos, que eclodiu depois de quatro dias de tensão e conflito entre grevistas e policiais na capital paulista.

Os pesquisadores, de modo geral, se dividem em duas correntes ao analisarem a Greve Geral de 1917. De um lado, autores como Michael M. Hall, Paulo Sérgio Pinheiro, Yara Aun Khoury, Cristina Hebling Campos e Cristina da Silva Roquette Lopreato entendem a Greve Geral como um marco histórico na constituição da classe operária no Brasil (LOPREATO, 1996: 17-18). Do outro lado, a greve que mobilizou mais de cem mil trabalhadores de diversas indústrias e setores comerciais da capital paulista (ibidem: 39) e refletiu em movimentos grevistas no interior do estado e em diversos cantos do país é contestada como um movimento espontâneo, sem planejamento e coordenação por pesquisadores como Aziz Simão, Leôncio Martins Rodrigues e Boris Fausto, que demonstram em suas análises um viés ideológico que demanda um poder centralizado para a coordenação do movimento operário (LOPREATO, 1996: 17).

Entretanto, a criação de ligas operárias de bairros como Moóca, Belezinho e Lapa, bem como o surgimento de organizações de classe, nos meses que antecederam e seguiram ao movimento paredista são indícios que mostram que os operários paulistanos estavam sim organizados sob bases políticas e de consciência de classe. Um papel importante nesse processo de conscientização pode ser atribuído aos militantes anarquistas, que desde o fim do século XIX utilizavam de diversas estratégias – como comícios, eventos culturais e jornais – para divulgar seus ideais e organizar a população para uma almejada revolução social. Desta forma, questionamos se, de fato, o jornalismo praticado por aqueles militantes teve uma característica politicamente engajada e, até que ponto, as notícias foram utilizadas com esse fim. Para isso será importante observarmos: com que frequência o tema sobre a conscientização política e social foi pauta? que espaço eram dadas a essas questões? as edições vinham acompanhadas de charges, ilustrações ou de outras formas gráficas?

Diante de um variado leque de publicações anarquistas existentes à época, escolhemos para analisar neste artigo *A Plebe*, que realizou a cobertura do movimento operário e grevista em São Paulo e no Brasil, ao longo de suas treze primeiras edições, veiculadas entre 9 de junho de 1917 e 8 de setembro do mesmo ano. O recorte permite uma visão da presença do tema por nós abordado ao longo do mês que antecedeu a greve geral at suas consequências em São Paulo e no Brasil, assim como entender como os editores e articulistas de *A Plebe* buscavam mobilizar os trabalhadores paulistanos para uma ação contínua contra a opressão do estado e dos patrões. Destacaremos artigos e matérias que tenham como temas “greve” e “movimento operário”, tendo como objetivo identificar como os editores buscaram pautar na agenda do operariado paulistano a necessidade da organização do movimento classista e dos levantes paredistas.

Para fundamentar e refletir sobre esses temas utilizamos a obra de

¹ Optamos pela expressão Teoria de Agenda seguindo a expressão utilizada no livro *A Teoria da Agenda: A mídia e a opinião pública*, de Maxwell McCombs, na tradução de Jacques A. Wainberg (2009), porém não ignoramos a existência do debate em torno da designação mais apropriada, como hipótese da *agenda-setting*. Ainda seguindo o livro de McCombs, utilizamos o termo agendamento para referir-nos ao processo destacado pela Teoria da Agenda.

pesquisadores da história operária no Brasil, como Francisco Foot Hardman e Cristina da Silva Roquette Lopreato, da imprensa operária, como Maria Luiza Tucci, Boris Kossoy e Maria Narazeth Ferreira, bem como da Teoria da Agenda¹, como Maxwell McCombs, Enric Saperas, Antônio Hohlfeldt e Fábio de Oliveira Nobre Formiga.

Começamos este artigo explicando os pontos centrais da Teoria da Agenda que estão implicados em nossa análise. Prosseguimos com uma contextualização histórica do movimento anarquista no Brasil e a Greve Geral de 1917 e da imprensa anarquista no Brasil, seguindo para a análise das primeiras 13 edições do jornal *A Plebe* destacando a cobertura dos movimentos paredista e operário. Concluimos o artigo com a aplicação da Teoria da Agenda sobre nossas análises do conteúdo publicado no jornal.

TEORIA DA AGENDA

A partir das considerações de Bernard Cohen, que em 1963 afirmou que se a imprensa não tinha a capacidade de dizer às pessoas o que pensar, ela tinha êxito em dizer sobre o que pensar (SAPERAS, 1987: 57), os pesquisadores norte-americanos Maxwell McCombs e Donald Shaw desenvolveram, na década de 1970, a Teoria da Agenda, segundo a qual os meios de comunicação de massa teriam a capacidade de influenciar a opinião pública sobre quais são os temas relevantes em dado momento.

McCombs e Shaw (SAPERAS, 1987: 58) definiram a função do agendamento como o resultado da relação que se estabelece entre a ênfase manifestada pelo tratamento de um tema por parte da mídia e as prioridades temáticas manifestadas por membros de uma audiência, em uma relação que demanda a existência de alguns fatores, sendo que os dois principais seriam a frequência que determinado tema aparece em um espaço de tempo e a posição do tema dentro da estrutura do meio de comunicação e o destaque dado a elas.

A frequência que determinado tema aparece nos meios de comunicação é um ponto-chave para o agendamento. Como afirma Hohlfeldt (2008: 190), diferente das teorias predecessoras, que afirmavam um efeito de curto prazo da mídia sobre seu público, a consolidação da agenda na opinião pública tem efeitos de médio e longo prazo. Do mesmo modo, os efeitos desse agendamento esvaem-se com o passar do tempo quando os temas perdem espaço nos meios de comunicação.

De forma complementar à frequência que determinado tema aparece na mídia, a disposição espacial do tema bem como o destaque dado a ele pelo veículo de comunicação também são elementos importantes na consolidação da agenda, sendo que as “matérias de primeira página no jornal têm duas vezes mais leitura do que as que aparecem em suas páginas internas. Matérias com ilustração gráfica atrativa e títulos maiores atraem mais leitores” (MCCOMBS, 2009: 87).

Para McCombs (2009: 91-94), o efeito de fixação da agenda varia para cada receptor de acordo com a relevância que ele dá a determinado tema e sua incerteza sobre o mesmo. Se o indivíduo julga o tema distante da sua realidade ou possui alto grau de conhecimento prévio do assunto, o efeito de agendamento será baixo, ao contrário de quando a percepção da

relevância é alta e/ou o conhecimento do assunto é baixo.

Por fim, é preciso salientar que grande parte da pesquisa que tem como fundamento a utilização da Teoria da Agenda preocupa-se em analisar não apenas o fluxo contínuo de informação em determinado veículo, como também um grupo específico de pessoas que estejam expostos a essa informação, indo, portanto, além da análise de conteúdo. De acordo com Fábio de Oliveira Nobre Formiga, na dissertação de mestrado *A Evolução da Hipótese de Agenda-setting*, “a tradição de pesquisa da agenda-setting é claramente identificada como a combinação da análise de conteúdo dos meios de comunicação e as sondagens de opinião pública” (FORMIGA, 2006: 52).

Devido ao espaço-tempo que temos por objetivo analisar nesse artigo, seria impossível a utilização da teoria do agendamento, caso o dogmatismo da pesquisa de consulta ao público fosse estabelecido. Contrapomos esse dogmatismo com a análise do próprio Formiga, que observa:

A hipótese não possui uma tipologia básica que contemple a diversidade metodológica das pesquisas de agenda-setting e forneça modelos ideais para o seu desenvolvimento [...] tem-se a impressão de que para cada trabalho publicado, inaugura-se um novo tipo de pesquisa, estabelecendo novos relacionamentos e utilizando novas metodologias. (FORMIGA, 2006: 56).

Pontuamos, portanto, que a teoria do agendamento nesse artigo incidirá, principalmente, sobre os pressupostos do fluxo contínuo da informação – também chamado de efeito de enciclopédia, pois guardamos em nossa memória uma série de informações, das quais, em dados momentos, podemos ou não lançar mão; e o de que os meios de comunicação, podem influenciar sobre que assuntos pensamos e falamos.

ANARQUISMO, MOVIMENTO OPERÁRIO NO BRASIL E A GREVE GERAL DE 1917

Entre 1850 e 1920, mais de um milhão e meio de imigrantes chegaram ao estado de São Paulo em busca de oportunidades de trabalho e uma vida digna. Dentre eles, desembarcaram muitos militantes anarquistas que trouxeram para o país o sonho de uma sociedade livre e igualitária cujos ideais encontraram eco na mente dos trabalhadores de diversas cidades brasileiras, como São Paulo, que começava a destacar-se como pólo da nascente indústria nacional.

Com a organização de ligas, uniões e sindicatos, os anarquistas faziam intensa propaganda no interior das fábricas e dos bairros operários da capital paulista com jornais, comícios e atividades culturais, que mostraram seus efeitos ainda nos primeiros anos do século XX, tais como duas séries de greves em 1907 e 1912.

Mas o ponto alto do movimento operário paulistano aconteceu em 1917. Além das más condições de trabalho, baixos salários e péssima qualidade de vida, os trabalhadores paulistas sofriam com a carestia de vida. Tais fatores serviram de estopim para aquilo que seria “um marco histórico no processo do fazer-se da classe operária brasileira” (LOPREATO, 1996: 18): a Greve Geral de 1917.

Foi em uma segunda-feira, dia 9 de julho, em frente à fábrica de bebidas Antártica que ocorreria o choque entre grevistas e a polícia que acendeu o rasilho de pólvora que explodiria na greve geral que parou a cidade de São Paulo entre os dias 12 e 16 de julho. Depois do confronto inicial, o subdelegado Pamphilo Marmo solicitou a presença do delegado geral Thyrso Martins, que chegou acompanhado por 30 soldados armados com fuzis. Os novos confrontos entre grevistas e polícia terminaram com três operários feridos, entre os quais estava o sapateiro espanhol José Iniguez Martinez, que morreria no dia seguinte.

Naquela mesma noite, uma reunião entre jornalistas anarquistas e socialistas e representantes das ligas operárias, das corporações em greve e outras associações político-sociais, fundou o *Comitê de Defesa Proletária* (CDP), entidade de caráter anarquista e descentralizada que se tornaria representante e articuladora dos operários em greve e que logo convocaria a população para a cerimônia fúnebre do trabalhador espanhol.

O convite do comitê foi atendido por cerca de dez mil paulistanos que compareceram ao féretro de Martinez (LOPREATO, 1996: 21), que teve seu enterro transformado em comício em prol da liberdade dos grevistas presos, liberdade de organização, aumento salarial e controle da inflação de alimentos pelo governo. O ato seguiu com três mil pessoas reunindo-se na Praça da Sé para um novo comício que acabou em conflito com a polícia, com os manifestantes apedrejando fábricas, promovendo saques e 16 pessoas presas.

Aquela semana que começava tumultuada na capital paulista era resultado de um movimento iniciado em maio daquele ano, quando os trabalhadores da indústria têxtil entraram em greve, seguidos por outras categorias. Constituindo uma força cada vez maior, “os industriais, perplexos com a capacidade de arregimentação dos grevistas e assustados com as agitações operárias, convocaram a Força Pública para guarnecer as fábricas. A polícia assumiu o papel de braço armado dos patrões” (LOPREATO, 1996: 23), que levou a constantes conflitos entre polícia e trabalhadores.

A intensidade da revolta operária levou o secretário da justiça e da segurança pública, Eloy Chaves, a se envolver diretamente no conflito, reunindo-se na tarde do dia 11 com industriais com o objetivo de convencê-los a atenderem às demandas dos grevistas, que, até então, limitavam-se ao aumento de 20% nos salários e à readmissão dos demitidos.

Em resposta, o CDP, em acordo com representantes de associações operárias e grevistas, formulou um documento único pedindo a libertação dos detidos por motivo de greve, respeito ao direito de associação, readmissão dos grevistas, abolição do trabalho de menores de 14 anos e do trabalho noturno para mulheres e menores de 18 anos, aumentos de salário, jornada de oito horas, entre outros pedidos.

Com a publicação do manifesto do comitê, a capital paulista parou. No dia 13 de julho, *O Estado de S. Paulo* falava em mais de vinte mil operários em greve² (OS OPERÁRIOS, 13 jul. 1917) e que a ordem pública estava alterada desde a manhã do dia 12, com depredações, comércios fechados, bondes, *chauffeurs*, cocheiros e carroceiros parados e confrontos entre a polícia e população (AGITAÇÕES OPERÁRIAS, 13 jul. 1917). Segundo

² Apesar da ausência de dados específicos sobre o número de operários no município de São Paulo em 1917, é possível notar a amplitude da greve com base no Censo Demográfico de 1920. Segundo Barbosa (2008: 93), os dados censitários de três anos depois da Greve Geral apontavam que na capital paulista havia 100.388 operários locados nos setores manufatureiros e industriais, o que faria com que os 20 mil grevistas anunciados pelo *O Estado de S. Paulo* representassem cerca de 20% do operariado do município.

Lopreato (1996: 39-40), tal movimento só foi possível graças a articulação dos militantes anarquistas que, auxiliados pelos socialistas, souberam aproveitar o momento de crise para que os trabalhadores assumissem as rédeas de sua emancipação.

Depois de sete dias de intensos conflitos e dois dias de negociações, grevistas – representados pelo *CDP* – e empresários chegaram a um acordo aprovado pelo operariado paulistano em três comícios no dia 16 de junho.

A IMPRENSA ANARQUISTA

Parte do processo de conscientização da classe trabalhadora que levou a Greve Geral de 1917 passou pelos jornais socialistas, operários e anarquistas que circulavam na capital paulista. Tais publicações criavam o que Hardman chama de “cultura de resistência”, que buscava “manter a integridade ideológica e vivencial do operariado emergente, contra o sistema político dominante e em prol da chamada ‘emancipação social’” (HARDMAN, 2002: 309).

A relação do jornalismo anarquista com o movimento operário também é apontada por Maria Nazareth Ferreira, que identifica uma correlação entre o lançamento de novos jornais e a eclosão de novas greves, “o que pode indicar a atuação do jornal como um eficiente instrumento de mobilização e politização” (FERREIRA, 1988: 22). No contexto da Greve Geral, Lopreato afirma que o movimento paredista deve ser entendido como resultado de anos de pregação doutrinária e incitamento à ação direta, presente em atos públicos e nos jornais.

É partindo dessa perspectiva dos jornais anarquistas como um elemento de mobilização do operariado que inserimos nossa pesquisa sobre a cobertura da Greve Geral pelo jornal *A Plebe*. Porém, buscamos destacar o aspecto comunicacional do jornalismo anarquista, tomando como base a Teoria da Agenda, que mesmo tendo sido cunhada somente nos anos de 1970, seus efeitos podem ser observados no jornalismo de diversas épocas, como destaca McCombs (2009: 60) ao citar exemplos do fenômeno de agendamento na imprensa norte-americana no século XVIII e início do século XX.

Além da crença na organização e na ação direta, os anarquistas viam na propaganda uma das mais importantes formas de luta e conscientização da população da opressão e injustiça provocada pelo estado burguês e de divulgação das ideias libertárias. E foi no jornalismo que essa propaganda anarquista se materializou.

A importância dada à imprensa pelos militantes anarquistas também pode ser notada no estudo de Ferreira, que em seu levantamento³ “demonstrou que, do último quartel do século XIX até as duas primeiras décadas do século atual, apareceram aproximadamente 343 títulos de jornais espalhados pelo território brasileiro” (1988: 14), publicados em diversos idiomas, como espanhol, alemão, italiano e português, e nas mais diversas regiões do Brasil, apesar de se concentrarem principalmente em São Paulo (ibidem).

Os jornais anarquistas publicados nesse período apresentavam algumas características comuns, como a periodicidade irregular, a maioria

³ O levantamento de Ferreira (1988) não distingue jornais anarquistas de socialistas e de organização de classes, apesar de o primeiro ser ampla maioria.

chegava ao fim em pouco tempo e sofriam de dificuldades financeiras e perseguições policiais (FERREIRA, 1988: 14). Apesar de serem escassas as informações sobre a tiragem desses jornais, podemos deduzir que, raramente, o número de exemplares atingia as dezenas de milhares. Ao comentar sobre os jornais operários em seu estudo sobre a imprensa paulistana, Heloisa de Faria Cruz (2000: 143) afirma ser significativa a tiragem de quatro mil exemplares do jornal *A Voz do Trabalhador*, editado no Rio de Janeiro pela Confederação Operária Brasileira, entre 1908 e 1915. Número não muito diferente dos apresentados pelos jornais paulistanos da época, como o anticlerical *A Lanterna*, que em sua primeira fase (1901-1904) tinha uma tiragem média de seis mil exemplares (FAUSTO, 1977: 83), e o jornal anarquista publicado em italiano *La Battaglia*, que rodava cinco mil exemplares por edição em 1904 (SANTOS, 2013: 119). Apesar de significativamente menores que a tiragem de *O Estado de S. Paulo*, que em 1914 chegou a 35 mil exemplares (CRUZ, 2000: 184), deve-se levar em conta que o consumo dos jornais anarquistas não se dava exclusivamente pela leitura privada, mas que seus exemplares circulavam entre a classe operária e “transforma-se também com frequência em veículo oral, ao ser lido em voz alta para os trabalhadores analfabetos”⁴ (FAUSTO, 1977: 91).

De modo geral, os jornais anarquistas traziam notícias com denúncias sociais, informes sobre o movimento operário no Brasil e no mundo, críticas sociais ao estado, à burguesia, à igreja e as instituições militares, charges políticas, artigos em defesa de direitos, sobre o anarquismo e a necessidade de organização, divulgação de eventos e atividades culturais, além de anúncios que ajudavam a sustentar os jornais.

A PLEBE: UM JORNAL RUMO À REVOLUÇÃO SOCIAL

Um dos jornais que surgiram no período que antecede a Greve Geral foi *A Plebe*. Fundado em junho de 1917 pelo tipógrafo anarquista Edgard Leuenroth, em substituição ao jornal anticlerical *A Lanterna*, *A Plebe* tem sua importância estendida para além da greve que aconteceria pouco tempo depois da publicação de seu primeiro número, consagrando-se como um dos principais jornais anarquistas da história do Brasil.

O jornal, que circularia até 1951, com algumas interrupções devido a dificuldades financeiras e perseguições políticas, teve seu ápice em 1919, quando o periódico chegou a circular diariamente (CARNEIRO e KOSSOY, 2003: 96). Entre seus redatores teve importantes nomes do movimento operário e anarquista do Brasil e do mundo, como os brasileiros Astrogildo Pereira, que, posteriormente, fundaria o Partido Comunista Brasileiro e atacaria duramente Leuenroth; João Pentead, um dos fundadores da Escola Moderna no Brasil; Benjamin Motta, advogado que havia fundado *A Lanterna*, em 1901; Isabel Cerrutti, integrante do Comitê Feminino de Educação; a anarquista e feminista Maria Lacerda de Moura; José Oiticica; o espanhol Florentino de Carvalho; o português Neno Vasco, que enviava notícias sobre o movimento anarquista de Portugal e na Europa; e o italiano Luigi Damiani, conhecido mundialmente como Gigi Damiani.

Mas é ainda na sua primeira fase, período do recorte da nossa pesquisa, que *A Plebe* mostra sua importância e força junto à classe

⁴ Segundo o Censo Demográfico de 1920, 71,32% dos moradores da cidade de São Paulo com mais de 15 anos eram alfabetizados, porém os dados não deixam claro se essa alfabetização é em língua portuguesa, uma vez que 35,44% da população era composta por imigrantes (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2016).

operária. Com edições semanais de quatro páginas publicadas aos sábados, a primeira fase do jornal dirigido por Edgard Leuenroth durou 20 edições – de 9 de junho de 1917 a 30 de outubro do mesmo ano –, incluindo um suplemento do dia 15 de setembro. Entre os temas abordados nas páginas de *A Plebe* estão as informações sobre greves que aconteceram antes e depois da Greve Geral, tanto na capital paulista, como no interior do estado, outras regiões do Brasil e até na Argentina; sobre organizações operárias em diversas regiões do estado de São Paulo e do Brasil; notícias do movimento anarquista na Europa e da perseguição policial e política ao movimento operário e à imprensa anarquista; depois da greve, o jornal assume a função de fiscal do cumprimento dos acordos, alertando quando este era infringido ou sua prática era postergada, além disso o jornal trazia poesias, artigos de cunho pedagógico sobre a exploração do capital, abuso do patronato e da burguesia, anticlericalismo, contra a Primeira Guerra Mundial e a participação do Brasil nesta e propagandas que variavam de um terço da página até toda a última página do jornal. Nas ilustrações, *A Plebe* apresentava, majoritariamente, charges de cunho político, contra a guerra, a igreja, a exploração do proletariado e a repressão aos movimentos grevistas, nota-se também o uso de fotografias a partir da sexta edição com imagens da greve e de algumas personalidades do movimento operário e anarquista.

Nas primeiras linhas do artigo de fundo que abre a primeira edição de *A Plebe*, Leuenroth apresenta aos leitores o novo jornal, reconhecendo-o como uma continuação de *A Lanterna*, que busca ampliar suas esferas de ação combatendo não só o clericalismo e a Igreja Católica, mas também o estado, a burguesia e o militarismo.

Para se conseguir vencer o monstro social que infelicita o povo produtor não bastará decepar-lhe uma de suas monstruosas cabeças que, como as da hydra de Lerna, renascem com redobrado vigor para a sua maléfica acção. [...] A humana espécie sómente poderá considerar-se verdadeiramente livre e começar a gosar da felicidade da qual é merecedora quando sob os escombros fumengantes desse burgo podre que é o regimen burguez desaparecerem para todo o sempre, com a maldição de todas as gerações soffredoras, o Estado, a Igreja e o militarismo. (LEUENROTH, 1917: 1)

E serão essas cabeças do que Leuenroth chama de estado burguês que serão o alvo constante das críticas e matérias publicadas ao longo das vinte primeiras edições do jornal.

A GREVE: UMA SOMBRA QUE CRESCE

Nas cinco primeiras edições de *A Plebe*, o conteúdo de maior destaque nas páginas do jornal é a Primeira Guerra Mundial, que se arrastava pela Europa nos últimos três anos e era pauta no Brasil com a possível declaração de guerra do governo nacional à Alemanha. Mas o antimilitarismo também compartilhava seu espaço com temas anticlericais, a Revolução Russa e os movimentos grevistas e operários da capital paulista e de outras regiões, que já na segunda edição ganham uma seção especial chamada *Mundo Operário*.

Antes disso, na primeira edição do jornal, a seção *Acção Obreira* já traz em quase duas colunas da terceira página um conjunto de notícias com o mesmo recorte da *Mundo Operário*. Com a chamada “O operariado de São Paulo parece despertar para a luta”, a seção abre com um texto destacando a importância da militância anarquista para a agitação do movimento operário que começava a se desenhar na capital paulista.

A propaganda feita em numerosos comícios e em boletins não deixou de produzir o seu efeito, fazendo com que entre os trabalhadores, sujeitos agora, como nunca, a uma situação verdadeiramente intolerável, devido á acção aladroadada dos patrões, insaciáveis sanguesugas sociaes, se comece a sentir a necessidade de agir contra os bandidos que, ao abrigo da lei, vivem a roubar o producto do seu trabalho insano. (O OPERARIADO, 1917: 3)

A seção é complementada com notas sobre agremiações operárias nos bairros da Moóca, Belenzinho, Cambucy, Lapa e em São Caetano, informes das greves nas pedreiras de Ribeirão Pires, Itaquera e Cotia e nas tecelagens da capital paulista.

No contexto da greve, a *Mundo Operário* será uma seção fundamental para a articulação no jornal das ideias de ação conjunta e solidariedade de classe e a importância dada a ela pelos editores é evidente no trabalho gráfico do título da seção (Figura 1), que junto do nome traz dois trabalhadores saudando o nascer de um novo dia, no campo e na cidade, como se faz entender pelo nascer do sol atrás das montanhas à esquerda e a indústria à direita. Este trabalho gráfico dá destaque para a coluna, mesmo estando ela nas páginas internas do jornal, atraindo mais a atenção dos leitores e potencializando o efeito do agendamento, como destaca McCombs (2009: 87).



Figura 1: Ilustração do título da coluna *Mundo Operário*, presente nas edições de 2 a 5 do jornal *A Plebe* (A Plebe, São Paulo, 30 Jun. 1917. P. 3)

⁵ Essa edição foi publicada no dia 9 de julho de 1917, uma segunda-feira, data dos primeiros incidentes que levaram a Greve Geral, porém nenhuma explicação pelo atraso é dada pelos editores.

A presença da seção é constante até a quinta edição, do dia 9 de julho⁵, valendo-se do efeito que McCombs (2009: 18) chama de repetição na consolidação dos temas tratados por ela na agenda do operariado. Em suas colunas, a *Mundo Operário* reunia informes sobre a situação das greves de diversas categorias, comícios, notas sobre a criação de ligas operárias em bairros paulistas. Uma das grandes campanhas paredistas acompanhadas

pelo jornal nessa seção é a dos operários do Cotonifício Rodolpho Crespis. Na edição do dia 9 de julho também faz-se presente uma nota sobre a reunião que era organizada para a criação do *Comitê de Defesa Proletária* e a divulgação de uma lista de subscrição para arrecadação de fundo para ajudar os grevistas privados de vencimentos, uma ação que estaria presente praticamente em todas as edições seguintes.

A efervescência de uma grande greve já podia ser notada na edição da segunda-feira que antecedeu o levante. Pela primeira vez, a greve aparece na primeira página no artigo de fundo *O porquê das Gréves*, de Florentino de Carvalho, além de estar presente na seção *Commentarios de um Plebeu*, assinada pelo advogado Roberto Feijó. Nesta coluna, a greve aparece com a análise de um artigo publicado na edição vespertina de *O Estado de S. Paulo* acusando anarquistas e socialistas de explorarem as greves. Na segunda página, a coluna *Notas Simples*, assinada sob o pseudônimo Joly, também trata da greve. A seção *Mundo Operário* é publicada como de costume na terceira página, porém atingindo três colunas completas, o maior espaço que teve.

Toda essa mudança presente na última edição de *A Plebe* antes da eclosão da Greve Geral demonstra mais uma vez a busca por dar destaque ao movimento grevista e a tentativa dos editores de influenciar a agenda do público do jornal. Isso pode ser notado tanto pelo destaque dado ao tema na primeira página, uma vez que as “matérias de primeira página no jornal têm duas vezes mais leitura do que as que aparecem em suas páginas internas” (MCCOMBS, 2009: 87), como a centralidade dada ao tema (HOHLFELDT, 2008: 202), ao ampliarem o espaço de jornal dedicado à greve e ao movimento operário.

EM BUSCA DE UMA NOVA ERA

Depois do levante operário que parou São Paulo, os leitores de *A Plebe* tiveram de esperar mais uma semana para ter sua edição do hebdomadário anarquista. Com a manchete “Prenuncio de uma era nova: O proletariado em revolta afirma o seu direito á vida”, a edição de número 6 foi publicada no dia 21 de julho e trazia doze notas e artigos sobre a greve somente na primeira página, entre eles lia-se a explicação da não circulação do jornal na semana anterior: “A nossa folha não circulou sabbado ultimo [...] não só porque o pessoal da typographia onde se imprime adheriu á gréve geral mas também porque os componentes de seu grupo foram absorvidos pelo movimento (PORQUE, 1917). A capa, que pela primeira vez não tinha uma charge, estampava em seu canto inferior direito uma foto da multidão presente ao cortejo do corpo de José Martinez.

Aquela edição seria tomada pelos temas da greve. Com exceção de três notas na segunda página – incluindo a seção *Guanabarianas*, de Astrogildo Pereira, que pela primeira vez não era publicada na capa – e uma na terceira, o jornal trouxe informações sobre os mais diversos momentos da semana que culminaram com a greve geral. Artigos clamavam a união dos trabalhadores e pela luta constante contra a exploração, explicavam o papel da *Comissão da Imprensa*, a negociação com governo e patrões, destacavam novas organizações de classe que surgiam, relatavam confrontos com a polícia, noticiavam os mortos e presos durante a greve, um longo artigo de

Andrade Cadete sobre o “roubo legalizado” do trabalho do operário pelos patrões, notas sobre as greves em outras cidades e a carta do *Grupo de Mulheres Grevistas* pedindo para os soldados não perseguirem os operários, além da íntegra do documento com as reivindicações apresentadas pelo *Comitê de Defesa Proletária*. Todas as páginas daquela edição também trouxeram uma foto relacionada à greve, a já citada foto do cortejo de Martinez, uma foto do comício no largo da Sé realizado após o enterro e fotos de dois operários mortos: Nicola Salerno e de José Martinez. Ao longo de toda a edição nota-se uma mistura de sentimentos que vão da emoção pelo levante e pelas conquistas dos operários, da euforia dos militantes do movimento anarquista em conduzir os fatos recentes para uma revolução social efetiva e de alerta para prováveis traições por parte do governo e dos patrões.

Todas essas características, que vão desde a publicação de fotos (MCCOMBS, 2009: 87) até a dedicação quase que exclusiva das páginas do jornal à greve e ao movimento operário (HOHLFELDT, 2008: 202), estão em plena consonância com a nossa hipótese de que os editores de *A Plebe* visavam colocar esses temas na agenda do operariado paulistano.

Depois de dedicar a edição do dia 21 basicamente aos fatos ocorridos entre 9 e 16 de julho, o número 7 de *A Plebe* voltava a intercalar os fatos que ainda mexiam com o operariado de São Paulo e que se espalhava para todo Brasil com outros assuntos comuns a sua pauta, como o anticlericalismo, a Revolução Russa, a guerra e até um poema foi publicado na última página, em uma edição sem anúncios significativos. Porém, a greve ainda é o tema principal, desta vez com os textos se debruçando principalmente em análises do movimento e chamada para a organização do proletariado. Nesta edição começam a surgir as notícias sobre as greves influenciadas pelo movimento paulistano em outros estados, como no Rio de Janeiro, uma crítica a polícia paulista e sua violência contra os manifestantes e o primeiro sinal de rompimento do acordo que deu fim a Greve Geral, com a denúncia de que vários presos por motivos de greve ainda não tinham sido liberados.

Com uma charge sobre o “heroico despertar” da classe operária tomando todo o quarto superior direito da área de texto da edição número 8, de 4 de agosto, *A Plebe* mantém o debate sobre a greve como tema principal dessa edição. O destaque dado à charge mostra que os editores seguiam com o objetivo de centralizar, na expressão de Hohlfeldt (2008: 202), o tema da greve e do levante operário para seu público.

Nesta mesma edição entra uma nova marca do jornal na cobertura do movimento operário. A partir de então, cada edição virá com toda uma página dedicada às greves e às organizações operárias não só em São Paulo, mas também em todo Brasil. Essa página segue de perto o modelo que era aplicado na seção *Mundo Operário*, porém sem uma designação fixa e com muito mais conteúdo, nela, não só a greve e o movimento operário ganham destaque visando influenciar a agenda dos leitores, mas seus títulos que ocupavam toda a parte superior do jornal em diversas linhas também buscavam atrair a atenção, em consonância com a afirmação de McCombs (2009: 87) de que títulos maiores atraem a atenção do público.

Outros destaques dessa edição é o boletim do *Comitê de Defesa Proletária* sobre a gestão e arrecadação de fundos para as vítimas da greve,

um artigo de uma coluna e meia de Isabel Cerruti sobre a cobertura da greve pela imprensa tradicional – tema presente em menor grau em outras edições – e as primeiras matérias sobre perseguição policial aos grevistas, que tomará grandes proporções em poucos mais de um mês.

Entre a nona (11 de agosto) e a décima terceira edição (8 de setembro), *A Plebe* segue com um conteúdo quase que inteiramente dedicado aos movimentos grevistas e organizações operárias que agitam o Brasil. Os fatos paulistas ainda marcam presença, principalmente na reorganização da *Federação Operária Paulista* (edições de número 10, 11 e 12), formação de novas ligas operárias pelo interior. Fora dos assuntos próximos ao movimento operário no Brasil, a Revolução Russa é objeto de constantes comentários e informações que chegam da Europa.

Com um destaque contínuo e repetitivo da greve e do movimento operário ao longo de oito edições (da sexta à décima terceira edição), os editores visavam não só colocar esses temas na agenda do operariado, como mantê-los vivos na agenda. Nas palavras de McCombs:

Os *mass media* são professores cuja principal estratégia de comunicação é a redundância. Uma e outra vez, nossos professores dos *mass media* repetem tópicos, às vezes com grande ênfase, noutras épocas só de passagem. Em primeiro lugar é a acumulação destas lições num período de uma a oito semanas⁶ que é refletida nas respostas dos estudantes cidadãos quando nós perguntamos sobre os mais importantes temas que a nação enfrenta. (2009: 80).

A PERSEGUIÇÃO

Na segunda página da edição número 13, o título “A infame trama policial” dá destaque para um texto de Roberto Feijó e uma matéria publicada originalmente no jornal *O Combate* sobre um processo sendo construído pela polícia contra diversos anarquistas estrangeiros com o objetivo de expulsá-los do Brasil. A edição seguinte seria a segunda vez que *A Plebe* não circularia na data prevista, em seu lugar, um suplemento de uma página era publicado noticiando que na quinta-feira, dia 13, a polícia paulista invadiu a tipografia onde se imprimia o jornal apreendendo os originais e as provas da futura edição, assim como empastelaram sua composição. O dia que começava com apreensões e invasões, terminaria com a prisão de diversos militantes, entre eles o editor de *A Plebe*, Edgard Leuenroth, acusado de ser o líder intelectual do assalto ao Moinho Santista durante o levante de julho.

Depois daquele dia que marcou o movimento anarquista paulista, *A Plebe* manteve-se por mais seis edições, sempre impressas nas oficinas de *O Combate*, tratando sobretudo dos acontecimentos do 13 de setembro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao dedicarmos nossa atenção para a leitura da cobertura do movimento operário e grevista nas 13 primeiras edições de *A Plebe*, podemos distinguir dois movimentos separados justamente pela Greve Geral de 1917 que podem ser entendidos sob a luz da Teoria da Agenda.

⁵ Esse período citado por McCombs diz respeito às pesquisas realizadas entre as décadas de 1970 e 1990, principalmente com veículos diários (jornais impressos e telejornais). No caso da nossa pesquisa, o jornal *A Plebe* tinha periodicidade semanal, como grande parte dos jornais anarquistas, de forma que esse intervalo de uma a oito semanas para a transferência da agenda da mídia para o público pode não ser compatível.

O primeiro movimento vai das edições número um (9 de junho de 1917) à cinco (9 de julho de 1917) e é marcado pelo crescimento constante das temáticas por nós estudadas, principalmente dentro da seção *Mundo Operário*. Tendo em vista que, como afirma McCombs (2009: 87), os elementos gráficos são um ponto de atração do leitor que resulta em uma melhor fixação da agenda do meio de comunicação de massa, o fato de a seção *Mundo Operário* possuir uma moldura ilustrativa, incomum mesmo para jornais de maior circulação da época, denota a intenção dos editores em atrair seus leitores para os assuntos ali tratados. O crescimento gradual do espaço dessa seção a cada nova edição, combinado com o aparecimento dos temas nela abordados em diversas partes do jornal na edição do dia 9 de julho de 1917, com destaque para o artigo de fundo que abre aquela edição, reforça o nosso entendimento que os editores de *A Plebe* tinham como objetivo colocar a greve e a organização operária na agenda de seus leitores.

Depois da Greve Geral, notamos um segundo movimento que marca o jornal *A Plebe* na cobertura do movimento operário e grevista. Os editores optam por deixar em segundo plano os outros temas que foram majoritários nas quatro primeiras edições, como a Primeira Guerra Mundial, o anticlericalismo e a Revolução Russa, em favor da temática relativa a organização e luta proletária no Brasil. Neste momento, o objetivo é manter viva na agenda pública a ideia de organização do proletariado e da greve como instrumento de luta da classe trabalhadora.

Assim, ao resgatarmos o fluxo contínuo de informação com foco na greve e no movimento operário presente em *A Plebe*, entendemos que seus editores, sustentados pela crença da informação e do jornalismo como ferramenta de conscientização operária, fizeram uso das notícias publicadas no jornal como um instrumento de fixação da agenda da organização operária e grevista entre seu público.

Porém, é importante destacar que essa crença não depositava todas as fichas na imprensa anarquista. Como destaca McCombs (2009: 80), tal qual as pessoas absorvem a agenda dos meios de comunicação em médio ou longo prazo, esse aprendizado tende a ser esquecido depois de um tempo. Deste modo, entende-se a preocupação dos editores em não tratar exclusivamente sobre a greve, mas também sobre a organização do proletariado, em associações de bairro ou classe, que seriam o local ideal para a consolidação e construção de uma consciência de classe fixa.

REFERÊNCIAS

AGITAÇÕES operárias. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 13 jul. 1917. Notícias Diversas, p. 5. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19170713-14078-nac-0005-999-5-not>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. O mercado de trabalho antes dos anos 1930: emprego e “desemprego” na cidade de São Paulo. Novos estud. – CEBRAP. São Paulo, n. 80, p. 91-106, Mar. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 Feb. 2016.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci e KOSSOY, Boris (Org.). A Imprensa Confiscada pelo DEOPS: 1924-1954. São Paulo: Ateliê Editorial; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Arquivo do Estado, 2003.

CRUZ, Heloisa de Faria. São Paulo de Papel e Tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000.

FAUSTO, Boris. Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920). 4ª. ed. São Paulo: Difel, 1977.

FERREIRA, Maria Nazareth. Imprensa Operária no Brasil. São Paulo: Editora Ática, 1988.

FORMIGA, Fábio de Oliveira Nobre. A Evolução da Hipótese de Agenda-Setting. 93 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

HARDMAN, Francisco Foot. Nem Pátria, Nem Patrão!: memória operária, cultura e literatura no Brasil. 3ª Ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

HOHLFELDT, Antonio. Hipóteses Contemporâneas de Pesquisa em Comunicação. In: HOHLFELDT, Antonio, MARTINO, Luiz C., FRANÇA, Vera Veiga. Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2008.

LEUENROTH, Edgard. Rumo à Revolução Social. A Plebe, São Paulo, 9 jun. 1917, p. 1. Disponível em: <http://www.4shared.com/office/mhJyRhtT/Fase_01_ano_01_n01_09-06-1917.html>. Acesso em: 14 abr. 2015.

LOPREATO, Christina da Silva Roquette. O Espírito da Revolta: a greve geral anarquista de 1917. 281 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

MCCOMBS, Maxwell. A Teoria da Agenda: a mídia e a opinião. Petrópolis: Vozes, 2009.

O OPERARIADO de São Paulo parece despertar para a luta. A Plebe, São Paulo, 9 jun. 1917. Ação Obreira, p. 3. Disponível em: <http://www.4shared.com/office/mhJyRhtT/Fase_01_ano_01_n01_09-06-1917.html>. Acesso em: 14 abr. 2015.

OS OPERÁRIOS. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 13 jul. 1917. Notícias Diversas, p. 5. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19170713-14078-nac-0005-999-5-not>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Histórico Demográfico do Município de São Paulo. 2016. Disponível em: <<http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/>>

[historico_demografico/index.php](#)>. Acesso em: 25 fev. 2016.

PORQUE não sahiu “A Plebe”. A Plebe, São Paulo, 21 jul. 1917. P. 1. Disponível em: <http://www.4shared.com/office/fab1ejQd/Fase_01_ano_01_n06_21-07-1917.html>. Acesso em: 14 abr. 2015.

SANTOS, Kauan Willian dos. Anticlericalismo e militância sindical: o periódico anarquista A Lanterna e sua ação entre os trabalhadores em São Paulo (1901-1914). Revista Eletrônica Discente História.com. Cachoeira (BA), v. 1, n. 2, p. 116-130, 2013.

SAPERAS, Enric. Los Efectos Cognitivos de la Comunicación de Masas: las recientes investigaciones en torno a los efectos de la comunicación de masas: 1970-1986. Barcelona: Editorial Ariel, 1987.